

Fernando de Mendonça

Engenheiro Eletrônico
PhD em Radiociência

Membro da Academia Nacional de Engenharia
e pioneiro da pesquisa espacial no Brasil,
sendo fundador e primeiro diretor do INPE -
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
administrativo@anibrasil.org.br

Amazônia!

Amazônia!

A Região Amazônica brasileira tem estado sobre escrutínio internacional nos últimos anos. Pela possível ausência da divulgação de informações corretas, e compreensão de fatos, os noticiários acabam distorcendo a realidade e não divulgam as ações governamentais em prol da Amazônia. O negativismo tem sido intensificado pela grande mídia dominada pelo sensacionalismo e fanatismo ideológico. Os grandes interesses pela nossa floresta escondem os interesses escusos em nossa riqueza mineral e na biodiversidade.

Precisamos nos posicionar em defesa dos nossos acordos, tratados e contratos internacionais. Expor as ilegalidades e o não cumprimento das nossas leis, as quais protegem o nosso patrimônio.

É interessante notar que o Rei da Noruega visitou aldeias indígenas na Amazônia em caráter particular sem notificar o nosso governo. Certamente esta visita teve ligação com investimentos noruegueses na exploração mineral local. Não custa lembrar dos problemas de poluição criados pela mineradora estrangeira, que recebeu multas do IBAMA. Recentemente a Noruega deixou de ser a maior doadora ao “Fundo Amazônico”, uma das várias instituições que se mascaram como protetores da Amazônia.

Outros países têm expressado similar intenção de assumir o controle da bacia amazonense. Vejam o que transcreveu o jornalista Boris Casoy:

- O presidente francês F. Mitterrand

afirmou: “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”.

- Al Gore: *“Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles e sim de todos nós”.*

- M. Gorbachev: *“O Brasil deve delegar partes de seus direitos sobre a Amazônia aos Organismos Internacionais competentes”.*

- John Major (ex-premier britânico): *“As campanhas ecológicas Internacionais que visam à limitação das soberanias nacionais sobre a Região Amazônica estão deixando a fase propagandista para dar início à fase operativa, que pode definitivamente ensejar intervenções militares diretas sobre a região”.*

O que defendem parece colonialismo, que é a política ou prática da obtenção de controle político sobre outra nação, para a exploração econômica.

Contrariando o que a mídia internacional divulga, dizendo que o governo brasileiro é omissivo com relação à Amazônia, podemos apresentar alguns fatos ao longo da sua história, que mostram exatamente o oposto.

O Presidente Floriano Peixoto, já no fim do século XIX, tinha estabelecido a presença de nosso Exército na fronteira tríplice Brasil - Colômbia - Venezuela, no alto Rio Negro.

Em 1949, o Governo Federal, através de órgão do Ministério da Aeronáutica (DAC), criou uma comissão da qual participei como aviador, para estudar *in loco* o desenvolvimento do comércio na região. Iniciamos

a missão em Manaus, tendo seguido o Rio Negro em avião anfíbio (Catalina PBV-5), fazendo escalas e contatos pessoais em vários locais (Bom Futuro, Santa Isabel, São Gabriel da Cachoeira, seguindo para a ilha de Cucuí, próxima ao canal Caciuiári, que liga o Rio Negro ao Rio Orinoco, onde já existia o Forte de São José de Marabitanas, que, na época, serviu de prisão para políticos corruptos.

Fomos a vários outros locais, incluindo o Forte Ipiranga, na margem do Rio Içá, na fronteira com a Colômbia e, em seguida, a Letícia, na fronteira Brasil – Colômbia Peru, já no Solimões. Continuamos visitando as vilas e cidades à margem do Rio Amazonas até Belém.

Em 1952, o governo criou no Conselho Nacional de Pesquisas, dirigido pelo cientista Valm Álvaro Alberto, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), hoje de importância internacional. Quase 70 anos de atividades, com um enorme acervo nos vários campos do conhecimento, e é ignorado pelas mídias e ONG's internacionais que têm interesses por lá.

O Conselho da Amazônia, do governo federal, é presidido pelo vice-presidente da República, e é integrado por uma renomada equipe de autoridades e especialistas locais.

A Amazônia, apesar de ser óbvio repetir, é parte integrante do Brasil, com mais de vinte e três milhões de brasileiros em centenas de cidades

e vilas num imenso território com mais de cinco milhões de quilômetros quadrados, ou seja, mais da metade da área do nosso país. A área da Amazônia brasileira supera as áreas somadas da Espanha, França, Reino Unido, Itália e Alemanha.

Como dirigente do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) iniciei no Brasil, em 1972, o uso de “sensores remotos” em levantamento de recursos naturais via satélite, em convênio com a NASA. O Brasil foi o terceiro país do mundo a utilizar esta tecnologia com sensores multiespectrais, depois dos Estados Unidos e do Canadá.

Levantamentos e estudos têm sido continuados desde aquela época, cobrindo todo o nosso território. O INPE recrutou, à época, profissionais multidisciplinares (engenharia florestal, agronomia, geografia, biologia, cartografia, mineralogia) altamente qualificados, disponibilizando treinamento, intercâmbio internacional e complementação acadêmica de alto nível.

Essas equipes realizaram várias missões de campo/verdade terrestre, confrontando com as imagens do satélite, desenvolvendo metodologias de interpretação/análise de tais imagens e disseminando tais tecnologias a instituições de ensino e pesquisa em todo o território nacional, além de empresas e profissionais liberais. As áreas de teste foram, sobretudo, na Amazônia e, assim, nosso país detém um valioso acervo de dados, além da tecnologia que nos permite fazer avaliações isentas de paixões políticas e interesses econômicos.

Além disto, na referida década, foi realizado o Projeto RADAM, com o objetivo de conseguir a cobertura total do solo amazônico, com imagens obtidas com o uso de aeronaves equipadas com Radar de Visada Lateral (*Side-looking-radar*) sob os auspícios do MME (Ministério de Minas e Energia).

Em 2019, foram instaladas 30 bases

avançadas na Amazônia brasileira, a fim de ampliar o combate aos incêndios e aos ilícitos ambientais.

É interessante notar que a organização internacional Treehugger, em seu relatório anual sobre incêndios florestais, não inclui o Brasil entre os primeiros vinte países que mais destroem florestas.

As Forças Armadas brasileiras mantêm lá mais de 250 mil de seus participantes treinados para apoiarem efetivamente a manutenção da ordem, na observância das nossas leis referentes ao meio ambiente.

Presentemente está sendo instalada uma rede de comunicações com fibra ótica (via leito fluvial), sem ofensa ao meio ambiente, interligando mais de cinquenta grandes municípios.

Os benefícios serão significativos, pois permitirão comunicações rápidas entre órgãos governamentais e a população em geral.

Em andamento temos o projeto de instalação de 15.000 escolas para tele-educação via satélite. Envidaremos esforços para que o conteúdo da programação siga uma pedagogia moderna (sem viés político), com adequada taxionomia de objetivos da educação, condizentes com as características regionais, sempre visando ao conhecimento da região, ao desenvolvimento econômico e suas consequências sociais.

Seria melhor se a mídia focalizasse não somente os problemas existentes, entretanto suas potenciais soluções dão a entender que incêndios nas áreas rurais do Brasil são sempre criminosos e, nas dos outros países, são fenômenos da natureza. Deveriam se preocupar com os frequentes incêndios nos estados do oeste norte-americano, na África, na Sibéria, na Espanha, na França, em Portugal, na Austrália e em outros lugares do globo terrestre.

Os europeus, convenientemente não se importam com os danos ambientais produzidos pela grande produção de energia elétrica baseada no uso intensivo

de carvão mineral. Só estas usinas complementares a outros sistemas produzem energia que corresponde a mais do dobro do que é produzido pela nossa Itaipu. Haja carvão!

Nossa matriz energética é diferente, pois a preponderância é das hidroelétricas, do uso do etanol, da crescente expansão dos sistemas eólicos e outros.

Deveriam também olhar com preocupação o lixo despejado em imensas quantidades no Atlântico Norte.

Nosso Atlântico Sul não é contaminado por este lixo, por razões que veremos mais adiante. Recentemente, no entanto, houve o caso em que um navio petroleiro internacional despejou dezenas de toneladas de petróleo bruto no oceano. Este petróleo atingiu centenas de quilômetros de nossas praias, criando sérios problemas ambientais e econômicos para milhares de pessoas. A mídia internacional não deu a menor importância. Poderiam pelo menos ajudar a identificar os responsáveis por este crime ambiental.

Todos os automóveis brasileiros usam 25% de etanol na gasolina que consomem. Esta prática resulta numa sensível redução de gases vulgarmente relacionados ao efeito estufa.

A indústria agropecuária brasileira está na sua maioria distribuída na região central e sul do Brasil. Os dados produzidos pelo IBGE e confirmado pela NASA, demonstram que somente 7,6% do território brasileiro são usados pelas atividades agrícolas. Segundo ainda o IBGE, a pecuária usa 12,4% da área da Amazônia, mas são áreas de pastagens nativas.

De acordo com a EMBRAPA, não há previsão de aumento dos índices de desmatamento na Região Amazônica para a expansão agrícola. Essa informação contradiz a especulação relacionada à guerra tarifária entre a China e os Estados Unidos.

Para poder lidar com o aumento da demanda de mercado a curto e

longo prazos, os fazendeiros brasileiros poderão expandir a produção através de novas e futuras tecnologias, geradas pelas pesquisas em âmbito nacional, utilizando vastas áreas de pasto degradado, por exemplo.

Além disso, os sistemas brasileiros de cultivo dependem do meio ambiente e de tecnologias como fixação biológica de nitrogênio, plantio direto e manejos integrados de pragas e doenças que aumentam sua sustentabilidade e reduzem as emissões de GEE.

Deveriam notar, também, que a nossa indústria agropecuária é uma das mais eficientes e maiores do mundo. Exportam os nossos produtos para mais de uma centena de países, onde servem direta ou indiretamente de base alimentar para mais de um bilhão de pessoas!

Segundo relatório do Greenpeace publicado em 2018, vários países desenvolvidos importam madeiras nobres da nossa Amazônia, seguindo processos irregulares, para não dizermos contrabandeados. Se esses países proibissem tais importações, certamente haveria desestímulo ao ataque à floresta por falta de mercado.

Seria também recomendável à nossa mídia, que sempre repete, ou alimenta aquela do Hemisfério Norte, que tomasse conhecimento de certos tópicos referentes às mudanças climáticas e ao meio ambiente. Por exemplo, há fortes indícios de que as atmosferas dos hemisférios Norte e Sul se misturam somente de forma parcial. Isto acontece também com as principais correntes oceânicas, com muito pouco cruzamento de águas no Equador. A força de Coriolis explica em parte este fenômeno. Estamos prosseguindo com pesquisas neste assunto. Isto tem sérias implicações ambientais, uma vez que o consumo de petróleo no Hemisfério Norte é muito superior ao do Hemisfério Sul, conseqüentemente, muito mais CO₂.

Furacões não ocorrem no Hemisfério Sul. E no Hemisfério Norte a ocorrência é

somente no leste dos continentes: Golfo do México, Caribe, Flórida, no Atlântico e Mar da China e na costa da Ásia até o Japão. Nada desde a costa do Alasca até a costa do Chile. Nada de furacão desde a costa da Noruega até o Cabo da Boa Esperança.

Mudanças climáticas sempre existiram. O fenômeno é bíblico e elas são difíceis de prever. Dependem primordialmente das relações energéticas entre a Terra, o Sol e o fluxo de raios cósmicos que atingem nossa órbita, segundo muitos cientistas.

Vendo o passado de quase uma dezena de glaciações do nosso planeta, não podemos eliminar a possibilidade de nova ocorrência de tal fenômeno mesmo em um futuro remoto, segundo o cientista brasileiro L. C. Molion.

Para os apoiadores do IPCC das Nações Unidas, as mudanças climáticas, hoje mais faladas do que o aquecimento global, dependem exclusivamente da presença humana produzindo poluição. Não dão ouvidos aos milhares de cientistas internacionais que não concordam com esta posição.

E o “Fundo Amazônico”, estabelecido em 2008 com programação de atividades estabelecidas no exterior, é administrado parcialmente pelo BNDES. O nosso ministro do Meio Ambiente sugeriu modificações na programação econômica financeira do referido Fundo, o que não foi aceito pelos provedores dos recursos. As ONG's recebem 38% da receita para executarem ações sem o controle brasileiro. Isso caracteriza certamente uma ingerência em nossa soberania. A Noruega contribuía até recentemente com 94% das doações ao referido Fundo.

O Brasil pode e deve prescindir do Fundo Amazônico ou de outros com a mesma característica. As quantias a serem movimentadas para o período de 10 anos parecem grandes, mas são pequenas quando comparadas a outros dispêndios orçamentários do Brasil na região.

Vale a pena ressaltar que existem inúmeras organizações brasileiras que têm como meta administrar recursos estratégicos para a conservação da biodiversidade, que não são afiliadas a interesses econômicos internacionais.

Ao contrário do que é divulgado na imprensa internacional, o Brasil está sempre atuando da melhor forma e dentro das nossas possibilidades na melhoria da conservação do meio ambiente, portanto é imperativo divulgar a verdade. Se não fizermos isto, o vácuo criado por falta de verdades será influenciado com retórica enganadora.

No mundo moderno, o que é chamado de pensamento liberal, está alimentando a agenda oportunista através de atores com credibilidade duvidosa e interesses altamente suspeitos.

Nestes tempos, mais do que nunca, precisamos ser conservadoramente patrióticos para poder preservar os nossos recursos naturais, nossa soberania, nossa hegemonia e nossas fronteiras ■

